



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

Por e-mail: Bruno.J.Vieira@eda.pt
fpimentel@eda.pt

Exmos. Senhores
Eletricidade dos Açores, S.A.
Rua Dr. Francisco Pereira de Ataíde, 1
9504-535 PONTA DELGADA

C/C: DREn

Na resposta mencione o nº SAI-SRAAC.

Sua referência:
04/INOV5/2025
RCDEE/2025/10899

Sua comunicação de:
9/04/2025

Nossa referência:
SAI-SRAAC/2025/4538
Proc. 118.04.1/2011/15

Data:

ASSUNTO: Procedimento de renovação da licença ambiental da Central Termoelétrica do Caldeirão - Envio do parecer de apreciação da Comissão de Avaliação – Pedido de elementos.

Cumpre-me remeter a V. Exa, na qualidade de operador da instalação, cópia do parecer de apreciação do pedido de renovação da Licença Ambiental da Central Termoelétrica do Caldeirão, elaborado pela Comissão de Avaliação de acordo com o n.º 3 do Artigo 59.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, e informar que dispõe de um prazo máximo de **15 dias úteis** a contar do dia seguinte à receção do presente ofício, para corrigir ou completar a documentação sob pena do procedimento não prosseguir em caso de não cumprimento do prazo sem motivo atempadamente justificado e sem solicitação para prorrogação do mesmo por tempo limitado a ser aceite pela Autoridade Ambiental.

Igualmente se informa V. Exa. que ficou suspensa a contagem de tempo do referido procedimento, sendo retomada a apreciação da conformidade com a entrega nesta Autoridade (Direção Regional do Ambiente e Ação Climática com sede na Ilha do Faial) dos elementos solicitados e nos moldes indicados no parecer em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

P'la Comissão de Avaliação

(Presidente da CA)

Anexo: o mencionado



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

INT-SRAAC/2025/2236

Proc. n.º 118.4.1/2011/15

APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL
CENTRAL TERMOELÉTRICA DO CALDEIRÃO

1. INTRODUÇÃO

O pedido de renovação da licença Ambiental (LA) deu entrada na Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, Autoridade Ambiental, no dia 10 de abril de 2025. Na sequência desta receção e em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, foi constituída a respetiva Comissão de Avaliação (CA), formada pelos seguintes elementos:

- Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC):
 - Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), representada por Elisabete Rego que preside à CA, e por Joana Brasil que assegura a integração das componentes da qualidade do ar e das emissões atmosféricas e que substitui a primeira nas suas faltas e impedimentos;
 - Divisão de Gestão de Água (DGA), representada por Graça Ponte.
- Direção Regional da Energia (DREn), na qualidade de entidade licenciadora, representada por Reginaldo Andrade.

Na impossibilidade de a CA se reunir fisicamente, o presente parecer foi elaborado com recurso ao uso das tecnologias informáticas, nomeadamente do correio eletrónico, e em conformidade com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

2. ANTECEDENTES DO PROCESSO

A Central Termoelétrica do Caldeirão ficou sujeita pela 1ª vez ao regime de licenciamento ambiental em 2007/2008, após emissão da respetiva Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada, tendo o procedimento decorrido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de agosto (revogado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto), sendo emitida a LA n.º 4/2008/DRA, de 30 de setembro com a validade de 7 anos.

O respetivo procedimento de renovação decorreu em 2015, resultando na emissão de uma nova licença ambiental, a LA n.º 2/2015/DRA, de 29 de julho a qual possuía validade de 10 anos, a contar de 30 de setembro de 2015.

3. ALTERAÇÕES À INSTALAÇÃO

Não foram efetuadas alterações significativas à instalação PCIP, que sejam necessárias avaliações no procedimento de renovação da licença ambiental.

4. APRECIÇÃO GERAL

Embora se trate de um pedido de renovação da licença ambiental, foi necessária a apresentação total do pedido e não apenas o preenchimento dos campos relativos a eventuais alterações na instalação, uma vez que foi desenvolvido um novo modelo de formulário.

O formulário pré-preenchido com alguns dados existentes na Autoridade Ambiental e posteriormente verificado e completado pela EDA, assim como os anexos anteriores foram revistos e atualizados/apresentados os necessários.

Realça-se ainda que os documentos foram apresentados conforme indicado no SAI-SRAAC/2024/6325 de 3 de junho, nomeadamente em formato digital através das plataformas informáticas existentes para este efeito (neste caso: *we transfer*).

Face ao exposto, o presente pedido de renovação das licenças ambientais, na sua estrutura obedece às normas técnicas previstas na legislação que regula o procedimento de Licenciamento Ambiental (LA), incluindo os documentos obrigatórios e os anexos que o operador considerou necessários.

5. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS

5.1 - Parte A – Informação Geral

A5 – Caracterização das atividades exercidas

O valor da potência associada aos grupos eletrogeradores 5 a 8 identificada no **Quadro QA2** difere da identificada no **Quadro QC1**, pelo que deverá ser revisto, assim como o valor da capacidade instalada indicada no **Quadro QA3** uma vez que não corresponde à soma das potências dos 8 grupos eletrogeradores (valores do Quadro QA2) e caldeira auxiliar (valor do Quadro QC1).

5.2 - Parte B – Consumos

B2 – Matérias-Primas

No **Quadro QB4** é referido que o volume (em m³) da bacia de retenção do armazém de produtos perigosos é variável, atendendo à existência de bacias com diferentes dimensões e capacidades de armazenamento. Contudo, solicita-se indicação do volume total, correspondente ao somatório dos volumes individuais de todas as bacias existentes.

B4 – Anexos

No **Anexo AN2.3** verifica-se que todas as fichas estão redigidas em português, com exceção da substância Klüberpaste HEL 46-450, que se encontra em língua estrangeira. Neste sentido, solicita-se a apresentação da respetiva ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa, conforme legislação em vigor.

5.3 - Parte C – Emissões para a atmosfera

C1 – Fontes pontuais com potência térmica superior a 200 KWt

Solicita-se esclarecimento no que respeita à potência térmica da caldeira utilizada para a produção de vapor, que permite a utilização de Fuelóleo durante o período de vazio noturno, uma vez que se verifica uma incoerência nos elementos apresentados. No **Quadro QC1**, nomeadamente na informação referente ao código FF9, é indicada uma potência térmica de 3,090 MWt, enquanto no Resumo Não Técnico (**Anexo AN10.6**) é referida uma potência de 2,2 MWt para a mesma unidade. Os valores das potências térmicas dos grupos eletrogeradores deverão igualmente ser confirmados, devendo ser assegurada a coerência da informação em toda a documentação submetida.

C5 – Anexos

O **Anexo AN3.4** deverá ser complementado com os relatórios de monitorização, sempre que resultem da aplicação de métodos de medição (ME).

No **Anexo AN3.6** deveria constar a identificação das 3 fontes difusas e das 2 fontes de odores identificadas respetivamente nos Quadros QC8 e QC9. Contudo, no referido anexo verifica-se a identificação de mais fontes difusas (ED1 a ED11) e nenhuma fonte de odor (OD1 e OD2). No entanto, comparando as informações fornecidas, verifica-se que a ED1 identificada Quadro QC8 corresponde às fontes ED1 a ED9 e ED12 e ED13 identificadas no Anexo AN3.6, as quais estão localizadas nas zonas 5 e 6 e são correspondentes aos respiros dos reservatórios de combustíveis (fuelóleo e gasóleo). Tais fontes correspondem igualmente à fonte de odor OD1 identificada no Quadro QC9. Por outro lado, a ED2 identificada Quadro QC8 corresponde às fontes ED10 e ED11 identificadas no Anexo AN3.6, as quais são relativas aos respiros dos reservatórios de Amónia-Hidro, sendo tais fontes igualmente correspondentes à fonte de odor OD2 identificada no Quadro QC9. Serve a observação da CA como retificação.

5.4 - Parte E – Águas residuais

E4 – Reutilização de águas residuais tratadas

No **Quadro QE8** é indicada a existência de um sistema de recuperação de água proveniente do tratamento de efluentes, cuja utilização estaria inicialmente destinada a usos menos exigentes, nomeadamente a lavagem de pavimentos. Contudo, é indicado que esta prática deixou de ser implementada há vários anos, sendo a água tratada descarregada diretamente no solo, no ponto ES2. Neste sentido, solicita-se indicação do ano em que foi interrompida e o respetivo motivo.

E5 – Anexos

No **Anexo AN5.5** apenas são apresentados os relatórios de monitorização referente ao ano de 2024. Este anexo deverá ser complementado com os relatórios referentes aos anos de 2022 a 2024, tendo em conta o declarado no **Quadro QE6**.

5.5 - Parte F – Resíduos produzidos

F1 – Identificação das etapas do processo geradoras de resíduos

Os **Quadros QF1** e **QF3** devem incluir todos os resíduos produzidos na instalação e estar de acordo com o Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR) aprovado pela Autoridade Ambiental, com as atualizações que possam ter sido realizadas no âmbito da sua avaliação ou revisão, devendo as tipologias de resíduos identificadas ser correspondentes. Além disso, todos os resíduos identificados no Quadro QF1 deverão constar do Quadro QF3 de forma a se verificar as características do armazenamento temporário de cada resíduo produzido. Face ao exposto, devem ser revistos conforme as observações efetuadas pela CA.

No **Quadro QF1** é referido nas observações que os dados são do Mapa Integrado de Registo dos Resíduos (MIRR), quando, na realidade, são provenientes do Sistema Regional de Informação sobre os Resíduos (SRIR). Serve a observação da CA como retificação.

F3 – Anexos

No **Anexo AN6.1** deverá ser apresentado o Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR) aprovado pela Autoridade Ambiental, com as atualizações que possam ter sido realizadas no âmbito da sua avaliação ou revisão, relembrando que devem estar em consonância com os Quadros QF1 e QF3.

Deverá ser incluído no **Anexo AN6.2** o local de armazenamento de resíduos PA6.

5.6 - Parte G – Ruído

G2 – Anexos

No **Anexo AN7.3** é indicado que não consideraram necessária a realização de novas medições de ruído, sendo utilizada em alternativa a consulta do mapa de ruído, uma vez que a situação em análise seria passível de caracterização através dos valores no mapa representados, conforme o disposto na alínea b) do ponto 4 do artigo 22º (Valores limite de exposição) do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A de 30 de junho. Nesse sentido, uma vez que o mapa de ruído apenas dá resposta ao limite de exposição, solicita-se fundamentação para a não monitorização do critério de incomodidade.

5.7 - Parte J – Outros Anexos

J5 – Resumo Não Técnico

No **Anexo AN10.6** deverão ser verificados os valores das potências térmicas dos grupos eletrogeradores e caldeira auxiliar, conforme as observações efetuadas pela CA na Parte A5 – Caracterização das atividades exercidas e Parte C1 – Fontes pontuais com potência térmica superior a 200 KWt, devendo ser atualizados (caso necessário).

6. DELIBERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, a CA delibera que devem ser introduzidos melhoramentos aos documentos e fornecidos os elementos considerados em falta, conforme descrito no presente parecer e seguidamente discriminados:

- 1) Revisão dos valores das potências dos grupos eletrogeradores e caldeira auxiliar, uniformizando os dados nos **Quadros QA2, QA3 e QC1 e Anexo AN10.6**;
- 2) Indicação do valor do volume (em m³) da bacia de retenção do armazém de produtos perigosos - **Quadro QB4**;
- 3) Apresentação no **Anexo AN2.3**, da ficha de dados de segurança da substância Klüberpaste HEL 46-450, redigida em português;
- 4) Apresentação dos relatórios de monitorização das emissões atmosféricas, a incluir no **Anexo AN3.4**;
- 5) Indicação do ano em que foi interrompida a prática de reutilização da água recuperada do tratamento de efluentes, para usos menos exigentes como a lavagem de pavimentos, e o respetivo motivo - **Quadro QE8**;
- 6) Apresentação dos relatórios de monitorização da descarga de águas residuais referentes aos anos de 2022 a 2024, a incluir no **Anexo AN5.5**;
- 7) Revisão da listagem de resíduos constante dos **Quadros QF1 e QF3**, tendo em conta as observações da CA;
- 8) Apresentação no **Anexo AN6.1**, do Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR) aprovado pela Autoridade Ambiental, com as atualizações que possam ter sido realizadas no âmbito da sua avaliação ou revisão;
- 9) Fundamentação para a não monitorização do critério de incomodidade – a incluir no **Anexo AN7.3**;
- 10) Atualização dos valores das potências térmicas dos grupos eletrogeradores e caldeira auxiliar constantes do **Anexo AN10.6** (caso necessário).

A documentação a apresentar e meio de envio deverá ser efetuado em dois moldes distintos, nomeadamente:

- **Formato digital:** composto pela adenda com a informação solicitada no presente parecer, devendo constar unicamente a resposta às questões levantadas ou pontos a serem reformulados, os anexos solicitados e a informação do formulário sujeita a alterações.

O envio deverá ser efetuado via e-mail ou plataforma de envio de ficheiros, como por exemplo a *wetransfer*, para o endereço info.draac@azores.gov.pt.

- **Formato papel:** composto pela totalidade do pedido de renovação, cuja versão inicialmente remetida deverá ser corrigida conforme as atuais indicações da CA.

A documentação em papel deverá ser apresentada em dois exemplares e ser entregue na Autoridade Ambiental, a Direção Regional do Ambiente e Ação Climática com sede no Faial.

Só após estas correções é que será possível considerar que estão reunidas as condições para o pedido de renovação da licença ambiental cumprir com os requisitos legais mínimos e permitir que sejam alcançados os objetivos pretendidos com a consulta pública.

Assim, a CA delibera conceder um prazo de **15 dias** úteis, a partir da receção do presente parecer, para a entrega da adenda, documentação em papel e respetivos exemplares extra dos Resumos Não Técnicos, sob pena do procedimento não prosseguir nos termos do n.º 3 do art.º 59º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

Caso se verifique necessário, poderá ser solicitado um pedido de prolongamento delimitado do prazo, desde que o mesmo seja feito atempadamente e acompanhado de fundamento por parte do operador à Autoridade Ambiental.

Horta, 30 de abril de 2025

Pel' A Comissão de Avaliação

(Presidente da CA)